

CUSTOS DE MANUTENÇÃO DOS ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE ENSINO ON-LINE EM TEMPOS DE PANDEMIA

THE COSTS OF MAINTAINING STUDENTS IN SOCIAL VULNERABILITY: AN ANALYSIS OF ONLINE EDUCATION DURING THE PANDEMIC

COSTOS DE MANTENIMIENTO DE LOS ESTUDIANTES EN VULNERABILIDAD SOCIAL: UN ANÁLISIS SOBRE LA ENSEÑANZA EN LÍNEA EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Izaias Loureiro Tavares¹
Elivaldo Serrao Custodio²
Karoline Alfaia Conceição³
Kely Mesquita Caetano⁴

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as diferenças socioeconômicas, tendo como eixo as desigualdades digitais, com o intuito de promover estudos relacionados à ampliação de acesso, como as ferramentas tecnológicas e ampliação de acesso à internet para os alunos, diante de suas necessidades e especificidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória bibliográfica. Pretende-se, ainda, verificar os custos de manutenção dos estudantes em vulnerabilidade social relacionados ao ensino on-line, no período de pandemia e suas respectivas dificuldades para dar continuidade ao ensino e principalmente seus progressos e dificuldades neste período pandêmico, analisando se o nível de aprendizagem é significativo. Equipamentos tecnológicos e internet ainda se encontram distante da realidade de muitas famílias de baixa renda. Os resultados apontam que os desafios encontrados tendem a afetar de forma direta e indireta a vida educacional dos alunos, principalmente aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social e injustiça social.

Palavras-chave: educação; ensino on-line; vulnerabilidade social; covid-19.

Abstract

This article aims to analyze socioeconomic differences through the lens of digital inequalities, with the goal of contributing to studies on expanding access to technological tools and internet access for students, considering their needs and specificities. This is a qualitative, exploratory, bibliographic research study. It also aims to investigate the maintenance costs of students in social vulnerability related to online teaching during the pandemic, as well as their difficulties in continuing their education, especially their progress and difficulties during this period. The article analyzes whether the level of learning is significant, given that technological equipment and the internet are still far from the reality of many low-income families.

Keywords: education; on-line teaching; social vulnerability; covid-19.

Resumen

¹Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática na Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Amapá/AP, Brasil. Docente Efetivo do Curso de Matemática da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Amapá/AP, Brasil. Grupo de Pesquisa em Educação Científica e Tecnológica (GRUPECT/UPF), Passo Fundo/RS, Brasil. E-mail: izaias.tavares@ueap.edu.br

² Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo, RS, Brasil. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, Brasil. Atualmente é professor no Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, Brasil. Professor coorientador no Doutorado em Educação da Amazônia (EDUCANORTE), Polo Belém, PA, Brasil. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

³Discente do Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: Karolinealfaia42@gmail.com

⁴Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: kelymesquita4@gmail.com

Este artículo tiene como objetivo analizar las diferencias socioeconómicas, teniendo como eje las desigualdades digitales, con el objetivo de promover estudios relacionados a la ampliación del acceso, como herramientas tecnológicas y ampliación del acceso de los estudiantes a la internet, en vista de sus necesidades y especificidades. Se trata de una investigación cualitativa exploratoria bibliográfica. También se pretende verificar los costos de mantenimiento de los estudiantes en vulnerabilidad social relacionados a la docencia en línea, en el periodo de la pandemia, y sus respectivas dificultades para continuar enseñando y en especial sus avances y dificultades en este periodo de pandemia, analizando si el nivel de aprendizaje está siendo significativo, ya que los equipos tecnológicos y la internet aún están lejos de la realidad de muchas familias de recursos escasos. Los resultados indican que los desafíos encontrados tienden a afectar directa e indirectamente la vida educativa de los estudiantes, especialmente la de aquellos que viven en situaciones de vulnerabilidad social e injusticia social.

Palabras clave: educación; enseñanza en línea; vulnerabilidad social; covid-19.

1 Introdução

A propagação do vírus da covid-19 exigiu algumas restrições, como o isolamento social, que propiciou o ensino on-line. Isso acarretou modificações e adaptações do ensino presencial para o ensino remoto. Dessa forma, hábitos restritivos foram criados por conta da abrangência e rapidez da covid-19, que ainda nos acompanham atualmente.

Gruber (2020) explica que no final de 2019 começaram rumores de um novo tipo de gripe no sudoeste asiático, que se propagou rapidamente pelo mundo todo em 30 de janeiro de 2020. A OMS considerou a doença como emergência de saúde pública de importância internacional. Em 20 de fevereiro de 2020, o grupo de estudos de coronavírus do comitê internacional de taxonomia de vírus nomeia-o sars-COV-2, obtido do morcego *Rhinolophus affinis*. A seguir, a doença passa a ser chamada de *coronavirus Disease*. Para compor o nome da doença, adicionou-se o ano de seu surgimento, covid-19, nomenclatura ainda adotada, diferenciando-se de outros tipos de vírus.

Percebe-se que com o aparecimento da covid-19 o cotidiano não foi mais o mesmo. As escolas, principalmente, tiveram que se adaptar nesse período pandêmico. O número elevado de mortes gerado pelo coronavírus propagou-se de forma elevada, acarretando o medo, a angústia, o choro e a dor da perda de um ente querido ou alguém próximo. O espanto e as consequências da covid-19 evidenciam-se por Bittar (2020), segundo quem

A erupção do vírus surge, no século XXI, como a explosão de um vulcão. A princípio, a expansão da contaminação na China. Depois, na Itália. Em seguida, Espanha, França etc. e Brasil. De forma cataclísmica, o vírus se espalha, gerando contaminação, e, espantosamente, faz o mundo parar. Em seguida, começam as fortes oscilações nas bolsas de todo o mundo, a depressão dos mercados e a desaceleração econômica. Afinal, começam as medidas de quarentena compulsória, de fechamento de fronteiras, de impedimento internacional de circulação de pessoas, até chegarmos às políticas setoriais compensatórias propostas pelos governos, como forma de lidar com os efeitos econômicos imediatos da disseminação do vírus, com riscos à saúde e à vida para milhões de pessoas, em todo o mundo. Para muitos, a única explicação possível

vem à carreira do fatalismo fanático, e se proliferam as visões apocalípticas com as quais o ‘fim do mundo’ vem sendo invocado (Bittar, 2020).

Ademais, compreende-se que este cenário atual adentra muitas reflexões. Pode-se destacar o fechamento imediato das escolas, que acarretou a necessidade emergencial do ensino remoto. Esse modelo de ensino remoto é caracterizado por Behar (2020).

[...] podemos, portanto, dizer que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro para que as atividades escolares não sejam interrompidas. Dessa forma, o ensino presencial físico precisou ser transposto para os meios digitais. No ERE, a aula ocorre num tempo síncrono (seguindo os princípios do ensino presencial), com vídeo aula, aula expositiva por sistema de web conferência, e as atividades seguem durante a semana no espaço de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) de forma assíncrona. A presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula presencial é “substituída” por uma presença digital numa aula on-line, o que se chama de ‘presença social’. Essa é a forma como se projeta a presença por meio da tecnologia (Behar, 2020).

Compreende-se que o ensino remoto precisou ser adotado pelo mundo, repercutindo dentro e fora dos muros da escola, impactando e modificando o contexto social de professores, alunos e a família. No Brasil, o contexto socioeconômico acaba influenciando os aspectos de permanência e qualidade aos estudantes, visto que muitos estudantes de baixa renda não possuem equipamentos tecnológicos para acompanhar as aulas, muito menos têm acesso à internet. Novas metodologias foram adaptadas para o ensino presencial com recursos tecnológicos, em contrapartida, surgiram novas problemáticas de acesso, qualidade e participação efetiva dos alunos.

Com o surgimento da educação emergencial, os professores e alunos estão aprendendo a se adaptar. Práticas que eram comuns na educação a distância geraram diversas problemáticas quando adaptadas ao ensino presencial, diante de determinadas implicações que fomentam a necessidade de manutenção dos equipamentos tecnológicos. Ademais, as tecnologias tornaram-se as principais referências de potencialização de iniciativas voltadas para a manutenção da conexão, como suporte educacional, bem como a busca por equipamentos tecnológicos como computadores, tablets, smartphones e a conexão à internet.

O enfoque deste artigo é analisar as diferenças socioeconômicas, tendo como eixo as desigualdades digitais, com o intuito de fomentar estudos relacionados à ampliação de acesso, como as ferramentas tecnológicas, e à ampliação de acesso à internet para os alunos ante suas necessidades e especificidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória bibliográfica. Perguntas recorrentes surgem, como: o que fazer enquanto as escolas estão paradas? Quais os

reflexos sociais diretos dos alunos em vulnerabilidade social? Quais os meios que auxiliam para este momento tão difícil? Como fazer educação no ensino remoto atendendo a todos?

Nesse contexto da pandemia do país, a utilização das novas tecnologias é um desafio, pois é baixo o uso dessas ferramentas tecnológicas, especificamente para as crianças periféricas. A realidade atual vive muito presente na casa de muitos brasileiros, em que muitas vezes a criança depende do celular do responsável e não há auxílios ou bolsas de incentivos que contemplem o acesso a esses equipamentos (*tablets*, computadores, *notebooks* e *smartphones*).

2 O ensino on-line no atual contexto social

A escola é sempre um dos primeiros setores a serem impactados em momentos delicados como pandemias, endemias ou surtos de grande intensidade. Pode-se compreender que a finalidade é proteger e prevenir a propagação da doença covid-19, com o objetivo de salvar vidas. A mudança do ensino presencial para o ensino on-line gerou estranhezas e reflexões a partir das estratégias de ensino-aprendizagem que atendam o público de modo geral.

Quando se fala em ensino on-line, entende-se que é necessário um custo de manutenção para os equipamentos tecnológicos e internet, gerando um custo econômico e social principalmente para estudantes em vulnerabilidade social. Explicitam-se, nesse meio digital, as desigualdades sociais, contemplando apenas determinados grupos e excluindo outros. Pode-se destacar determinadas problemáticas, como: interrupção do aprendizado, adaptação à nova realidade do ensino mediado por tecnologias, desafios de acesso e manutenção para os estudantes no ensino on-line, isolamento social, aumento na evasão e falta de participação dos alunos e, conseqüentemente, desafios para avaliar e medir o aprendizado (UNESCO, 2020).

Considerando o período pandêmico pelo qual passamos recentemente, podemos destacar competências segundo Carmo e Franco (2019), que apresentam saberes da prática docente no ensino on-line, considerando-as relevantes e contemplando quatro áreas:

- Didático-pedagógica: domínio da disciplina e das diversas possibilidades de ensinar seus alunos através de novos materiais didáticos.
- Tecnologia: capacidade de aplicação de novas tecnologias e didáticas a partir do desenvolvimento de práticas educativas de interação e colaboração entre professores e alunos. Conhecer a plataforma para orientação de como o aluno pode utilizá-la.
- Linguística: habilidade para redigir e compreender textos escritos e preparo para explorar a leitura e a escrita a partir do hipertexto.

- Social: capacidade de estabelecer e manter um ambiente de ensino-aprendizagem favorável à comunicação e à interação entre seus participantes.

Esses pontos destacados pelos autores referem-se às competências de uma boa prática pedagógica, destacando pontos relevantes e essenciais para o ensino on-line como forma de adequação não só dos professores, mas também dos alunos. A falta de adequação às novas tecnologias digitais pode torná-las irrelevantes diante de suas práxis, principalmente no caso de alunos que não podem acompanhar semanalmente as aulas on-line por fatores como a falta de internet, o que dificulta a participação de seus respectivos alunos, pois as próprias pessoas de seu ambiente familiar, os responsáveis, não têm “tempo” ou preparação para auxiliar as crianças nas atividades, por motivos diversos.

Tanto no ensino público quanto no particular, o que os pais vivenciaram na pandemia foi algo totalmente novo. Machado (2020) explica que “para os responsáveis que em meio a um turbilhão de atividades e preocupações estão assumindo o papel de tutores e educadores de seus filhos, [...] muitos não fazem ideia do que fazer, estão completamente perdidos” (p. 23). Dessa forma, identificamos que o único meio de acesso ao progresso e desenvolvimento do aluno é a relação Aluno/Professor. O estado deve propor ações que visem contornar essa situação por meio de recursos e programas de assistência para esses indivíduos.

De acordo com uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)⁵, as atividades remotas na educação durante a pandemia mostram que essa adaptação não está sendo fácil. De acordo com o levantamento, 67% dos alunos se queixam das dificuldades em estabelecer e organizar uma rotina diária nos estudos. O levantamento ocorreu em agosto e setembro de 2020 com 5.580 estudantes, professores, pais/ou responsáveis de instituições de ensinos públicos e privados do país. De acordo com a pesquisa, há relatos de problemas como a sobrecarga e a saudade da rotina presencial escolar. Ainda no que se refere às atividades remotas, 29,2% dos estudantes entrevistados relatam dificuldades de conexão (internet) e 10,8% não têm dispositivo próprio, precisando do aparelho emprestado dos integrantes da casa, afetando o estudo e aprendizagem durante esse período de pandemia. Além disso, 25,8% utilizam internet de terceiros.

George Catunda (2020), diretor da ABED, reitera que “não cabe mais o estudante não ter acesso à internet, assim como professores. Devemos defender o acesso de boa qualidade e de preço acessível para todos, principalmente nas faixas mais vulneráveis”. Dessa forma, percebem-se as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para se manter no ensino on-line,

⁵ Ver http://www.abed.org.br/arquivos/Na_pandemia_67_por_cento_dos_alunos_tem_dificuldade.pdf.

principalmente nos custeios que essa modalidade exige. O acesso à educação de qualidade é direito fundamental de todo e qualquer aluno para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia, porém, é necessário investimento.

2.1 Ensino superior e o ensino *on-line*

Com o mundo passando por novas modificações, como o prolongamento de medidas de distanciamento em decorrência da covid-19, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, exige-se novas medidas de planejamento, destacadas nesse tópico. A partir do artigo de Gusso *et al.* (2020) são apresentadas alternativas para contribuir e auxiliar os alunos no ensino on-line, de modo que sejam atendidos e se garanta a manutenção de uma educação de qualidade e segura.

Compete às instâncias deliberativas das IES decisões fundamentais que subsidiarão as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas. Ajustes precisarão ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência. Neste artigo, são propostas diretrizes para orientar o trabalho de gestores universitários ao avaliarem as dificuldades e limitações impostas pela situação emergencial decorrente da pandemia, bem como lidarem com elas, de maneira a promover condições viáveis e seguras, de trabalho e pedagógicas aos professores e aos estudantes (Gusso, 2020, p. 3).

Podemos compreender que, com o surgimento da covid-19, foram necessários novos ajustes na educação e houve necessidade de promover condições viáveis de ensino para os alunos. Citam-se, por exemplo, medidas adotadas por alguns países com o intuito de possibilitar o acesso “digital” aos discentes. Temos como exemplo a Itália, que adotou o projeto “solidariedade digital”, no qual as empresas ofereciam gratuitamente o acesso à internet (incluindo cursos e aulas virtuais). Em outras localidades, como Reino Unido e Austrália, as escolas permaneceram abertas para crianças em condições de vulnerabilidade. Na China houve a ampliação de acesso à internet, oferta de cursos on-line e disciplinas por meio de plataformas.

Gusso *et al.* (2020) nos fazem levantar questionamentos e fazer comparativos sobre a maneira de que o Brasil se posiciona em relação a essas problemáticas de acesso e permanência, comparado aos outros países citados acima, havendo se preocupado muito com a adoção do ensino on-line, mas sem garantir o acesso aos equipamentos e internet aos discentes em situação de vulnerabilidade, principalmente os de instituições públicas. No ano de 2019 (Portaria nº 2.117) discutia-se a implementação de determinada carga horária de cursos de graduação presencial na modalidade de ensino à distância, no âmbito das instituições de educação superior pertencentes ao sistema federal de ensino (Brasil, 2019). A carga horária seria na modalidade

pedagógica e curricular, com o limite de 40% da carga horária total do curso, ou seja, respeitando as indicações nas diretrizes de cada curso (Brasil, 2019).

Ainda de acordo com o MEC, em 2020, das 69 universidades federais, 53 interromperam as aulas de graduação, e 10 delas estavam realizando atividades remotas com o uso de tecnologias da informação e comunicação. Outras seis universidades realizavam atividades parciais, considerando a justificativa de que nem todos os estudantes teriam acesso à internet e muito menos equipamentos tecnológicos ou letramento digital que lhes possibilitassem a realização de atividades remotas (Andifes, 2020).

De acordo com dados consolidados pelo MEC e atualizados até maio de 2021, o eixo Graduação possui 26 universidades federais que adotaram o ensino remoto; seis optaram pelo ensino híbrido; três interromperam as atividades com recesso até o retorno presencial e três universidades não apresentaram posicionamento. No que diz respeito à inclusão digital em todo o país, observe a seguir o Quadro 1 das instituições federais que adotaram programas de auxílio aos estudantes.

Quadro 01: Auxílios Fornecidos pelas IFES na Pandemia

INCLUSÃO DIGITAL	
Ações do Programa Alunos Conectados (MEC/RNP)	100
Auxílio financeiro de estudantes para aquisição de chips ou pacotes de dados	89
Acesso do corpo discente a livros eletrônicos da bibliografia básica ou complementar dos componentes curriculares	71
Acesso do corpo docente aos livros eletrônicos das bibliografias básica e complementar	64
Ação própria do fornecimento de chips ou pacotes de dados para os estudantes	39
Ação própria de fornecimento de chips ou pacotes de dados para os docentes	6
Concessão de auxílio financeiro a docentes para aquisição de chips ou pacote de dados	4

Fonte: Ministério da Educação, 2021.

Podemos identificar que, de acordo com o Ministério da Educação (2021), ações de acesso digital aconteceram pelo país durante esse período pandêmico. Os dados tratam de informações sobre a educação nesse momento de pandemia nas instituições federais. A tabela nos traz um relatório das ações das instituições. Perceba que 89 instituições possibilitaram a entrega de chips ou dados móveis, e 100 instituições foram contempladas pelo MEC com ações

do programa “Alunos Conectados”. Na região Norte do país foram distribuídos 47.249 chips. No Amapá, especificamente, 400 chips foram distribuídos (Brasil, 2021).

Compreende-se que, com a pandemia, surge um caminho imediato para novas metodologias e estratégias, exigindo novos recursos tecnológicos para que os discentes deem continuidade aos seus estudos. De acordo com Castioni *et al.* (2021), a Educação a Distância marca sua história no Brasil desde metade do século XX, a partir da evolução das tecnologias e comunicação. Esse modelo se expandiu, intensificando-se ainda mais com o surgimento da internet. Castioni *et al.* (2021) apontam algumas discussões acerca do retorno das atividades escolares:

Com as atividades suspensas na maioria das universidades federais, foi sendo autorizado o retorno às atividades após longas discussões nos Conselhos de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) [...] Uma das questões presentes nos debates dos Conselhos Superiores das universidades foi o lema: “não deixar ninguém para trás”, invocado pelos estudantes e incorporado no discurso dos dirigentes das universidades. Entretanto, em que pese a necessidade de dar condições a todos terem acesso aos meios para continuar acompanhando as aulas, as bases que sustentam a afirmação de que os estudantes das universidades públicas têm mais dificuldade de acesso ao ERE [Ensino Remoto Emergencial] em relação aos estudantes das instituições privadas de Educação Superior, que concentram a maior parte das matrículas, parece não se sustentar (Castioni *et al.*, 2021, p. 407-408).

Entende-se que um dos questionamentos do ensino on-line é a possibilidade de acesso e assistência aos estudantes, de modo que atenda e garanta condições para que os estudantes acompanhem as aulas, principalmente aqueles que estão em vulnerabilidade social. Considerando as questões de vulnerabilidade social, Pereira e Souza (2015) discorrem sobre questões de gestão e assistência estudantil do ensino superior que exigem flexibilização e mudanças contínuas, como ferramenta para melhoria da gestão e dos programas desenvolvidos:

É importante refletir sobre a definição da metodologia, que estabelece os critérios de inclusão na política de permanência, pois exige a percepção das constantes mudanças da realidade social, que remete os estudantes a situação de risco de evasão ou ainda, às dificuldades de aproveitamento do ensino (Pereira; Souza, 2015, p. 135).

Compreende-se que a gestão tem como papel avaliar os acessos que possibilitem a superação das situações de vulnerabilidade, bem como os instrumentos que auxiliem na intervenção e fixação dos estudantes no ensino superior para que sejam atendidas as políticas de permanência. Ademais, a relevância do compartilhamento e análise apurada dos profissionais se constituirá de maneira eficaz no estudo sobre os estudantes em vulnerabilidade social que compõem a instituição, atendendo às suas respectivas necessidades a partir dos estudos socioeconômicos que auxiliem de maneira benéfica o processo de conhecimento de

uma determinada situação social, com instrumentos técnico-operativos acompanhados de entrevistas e parecer social, resguardando as condições éticas e técnicas do exercício profissional, atentando-se em compreender as condições sociais em que vivem os estudantes.

3 Desafios dos estudantes no ensino *on-line*

O enfrentamento dos desafios vindos com o surgimento da covid-19 obrigou as instituições a repensarem estratégias em suas atividades, como, o uso de dispositivos móveis. Castioni *et al.* (2021, p. 65) salientam que “as dificuldades advindas de tais mudanças também promoveram o acirramento ou fizeram aflorar problemas já latentes, exigindo a criação de novos protocolos para as questões de acesso e de permanência, como o abandono ou a evasão dos cursos”. Ademais, a constituição de 1988 reitera as regras do direito à garantia de uma educação de qualidade. O artigo 205 diz que:

Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

O artigo 208 determina a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Apresenta-se, dessa forma, uma determinada estruturação, se comparada aos mecanismos historicamente construídos de elitização e segregação do ensino superior. Apesar de existir um conjunto de fatores assegurados pela lei, a exclusão e falta de assistência estudantil, as políticas neoliberais e o sucateamento das universidades ainda ocorrem e persistem. Com a atual Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394/1996, firmam-se políticas de recuperação da universidade, destacando-se da seguinte forma no capítulo IV:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com

esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Nesse aspecto, podemos identificar os recentes parâmetros constituintes em relação à finalidade da educação superior e à reflexão crítica de uma educação de igualdade e equidade, que devem ser concebidas visando a formação do sujeito, garantindo um atendimento de qualidade, que integre a inclusão e participação do indivíduo no âmbito social e do trabalho. Alencar e Henriques (2020) explicam que é com base na diversidade social e nas problemáticas sociais do cotidiano que as instituições de ensino superior devem desenvolver suas práticas, refletindo sobre as habilidades e os principais desafios profissionais para atuação na sociedade, buscando diálogo por meio da teoria e prática.

Além disso, não se pode esquecer do compromisso social que as instituições de educação superior têm na formação dos alunos. Com base na LDBEN, que apresenta as finalidades da educação superior, compreende-se que a realidade social dos alunos deve ser levada em consideração dentro do ambiente acadêmico. Muitos docentes, a partir de suas observações, criam suas metodologias pela reflexão dessas diferentes realidades. Com o ensino on-line não é diferente.

Os autores Alencar e Henriques (2020) destacam que outro aspecto que merece atenção é o caminho para a construção das práticas com base no atual cenário que estamos vivendo. Nesse sentido, de tal maneira, os docentes tiveram que reaprender a organizar sua metodologia, e o ambiente que antes era presencial se tornou on-line. Nessa concepção, a interação e a forma de passar o conteúdo para promover a aprendizagem foram totalmente modificados e substituídos por diversas ferramentas tecnológicas, configurando assim um desafio para os professores e alunos.

Desse modo, nota-se que os desafios no ensino on-line decorrentes das consequências pós-covid-19 fizeram com que muitas instituições de educação superior repensassem suas diretrizes e metodologias. Nesse contexto, algo que se tornou bastante evidente foi a vulnerabilidade social dos alunos, pois muitos professores tiveram que, além de aprender a manusear as ferramentas tecnológicas, pensar ainda em como preparar aulas que de alguma forma pudessem contemplar os alunos mesmo diante de todos os obstáculos.

4 Considerações finais

Em virtude dos fatos mencionados, concluímos parcialmente que o contexto atípico vivido na pandemia do coronavírus trouxe inúmeras transformações e impactos que afetaram

diretamente a sociedade como um todo, principalmente no que se refere à educação. Compreende-se que a pandemia veio apenas deixar visíveis alguns problemas sociais que já existiam, dentre eles a desigualdade social e econômica em nosso país.

Desse modo, ter acesso à educação, para alguns estudantes, já é um ponto difícil, pois envolve uma logística social e financeira. Quando se trata do ensino on-line, essas dificuldades só aumentam, levando-nos a questionar e refletir sobre muitos aspectos, como: a formação dos professores, a aprendizagem dos alunos no ensino on-line e quais as principais barreiras que precisam ser minimizadas por meio da comunidade escolar em conjunto com o governo.

Ademais, quando se fala sobre os custos de manutenção, é preciso frisar que muitos alunos não possuem acesso nem mesmo à educação e à internet, o que dificulta ainda mais a inclusão digital deles nas aulas durante o ensino on-line. É preciso ressaltar que muitas famílias não são alfabetizadas. Em outros casos, a família possui um único computador para até cinco filhos, o que é extremamente agravante. Notamos, durante nossas pesquisas, leituras e análises dos materiais estudados, que a educação sempre terá muitos entraves para que de fato chegue a ser inclusiva e com oportunidades de forma equitativa para todos. Trata-se de um problema que está além dos alunos, um problema que envolve estrutura política e que precisa ter como prioridade e investimento necessário desde a educação básica até o ensino superior.

Nessa perspectiva, é preciso também refletir sobre a formação dos futuros profissionais, pois muitos docentes tiveram que aprender a usar as ferramentas digitais para montar ou planejar suas aulas. Os professores são essenciais, e é por meio de suas práticas que muitos alunos, mesmo diante de tantas adversidades, conseguem ter a oportunidade de acesso ao conhecimento. Dessa forma, é urgente a criação de políticas públicas de assistência estudantil que possam vir a ajudar os estudantes que não têm acesso à internet ou que não possuem aparelho. As instituições de ensino superior têm papel primordial em criar estratégias que possibilitem aos estudantes a sua caminhada acadêmica, bem como sua permanência.

Sendo assim, analisa-se que o ensino on-line no atual contexto social passa pelas transformações sociais. Uma vez que a sociedade muda, as necessidades das pessoas também estão inseridas nesse processo de mudança e o ensino on-line faz parte desse novo olhar que o nosso país encontrou no período pandêmico. Sob essa ótica, aspirar a uma educação mais inclusiva no que compete às ferramentas digitais e aos desafios que muitos estudantes enfrentam no dia a dia para conseguir acompanhar as aulas deve ser a principal prioridade dos órgãos responsáveis pela educação superior.

As instituições de ensino superior têm um compromisso educacional, humano e social com os alunos que dela fazem parte. Entende-se que essas instituições devem revisar quais as

principais estratégias que estão sendo implementadas e utilizadas para atender a esse público. A proposta de assistência estudantil em tempos de pandemia não é solucionar a problemática de dificuldades que os alunos enfrentam para assistir as aulas, mas sim minimizar as dificuldades de acordo com as possibilidades de recursos de cada instituição.

Nesse âmbito, faz-se as seguintes reflexões: como que esse ensino on-line está sendo concebido pelos alunos, está sendo uma aprendizagem significativa? Diante de tais reflexões, compreende-se que muitos estudantes não têm um espaço tranquilo para estudar, enquanto outros deixaram de estudar para trabalhar. Outra parcela desses jovens também enfrenta perdas dos familiares em decorrência da covid-19. O ensino on-line envolve muitas questões que ultrapassam as barreiras encontradas e o contexto pós-pandêmico traz grandes desafios, que irão demorar anos para recuperar o que foi perdido em quase dois anos de pandemia. Dessa maneira, todos os campos da sociedade terão uma nova forma de se apresentar, principalmente o campo do trabalho que elenca a educação.

Portanto, as análises feitas nos possibilitaram compreender sobre os custos de manutenção e a vulnerabilidade social, bem como o ensino on-line em tempos de pandemia, os principais impactos, quais as estratégias e metodologias emergenciais usadas pelas instituições de ensino superior. O estudo nos mostrou que os primeiros passos são investimento, profissionais capacitados e principalmente um modelo inovador de política para o campo da educação.

O ensino on-line em tempos de pandemia traz consigo muitas questões a serem refletidas no sentido de investigar qual modelo de educação foi seguido e qual almejamos daqui para a frente. Em suma, entende-se que os problemas sociais estão cada vez mais presentes no cotidiano dos estudantes, e as instituições não podem deixar de olhar com sensibilidade para a realidade social dos alunos.

Diante de todo o exposto, compreende-se que a educação é a principal alternativa para a reconstrução dos impactos que a pandemia trouxe. Será por meio dela que muitos estudantes poderão aspirar em ter um futuro melhor com oportunidades de adentrar as instituições de ensino, concluir seus estudos e posteriormente ingressar no mundo do trabalho. Para que isso ocorra, é preciso que as devidas intervenções sejam feitas, com vistas a minimizar as dificuldades atuais. É necessário promover a participação e acesso de todos os estudantes no ensino *on-line*, com qualidade e estímulo às assistências estudantis, permitindo o acesso à internet e a equipamentos tecnológicos.

Sabe-se que as tecnologias se expandiram e agora fazem parte do mundo contemporâneo, caracterizando-se como um elemento substancial tanto para a formação do

professor quanto para o aprendizado do aluno, que precisa expandir-se também para os ambientes periféricos, garantindo-lhes oportunidade, conhecimento e utilização das ferramentas tecnológicas e não massificar a desigualdade, contemplando apenas uma parcela da sociedade (classe média e alta). Conclui-se que as tecnologias digitais de comunicação e informação precisam tornar os alunos ativos nas atividades propostas, não torná-los apenas meros receptores. Evidencia-se que, nesse período de pandemia, o desequilíbrio e as diferenças quanto ao acesso às atividades on-line tornaram-se latentes, expondo uma problemática já existente no país.

Nesse sentido, a efetivação das políticas públicas voltadas ao acesso tecnológico contribuirá para subsidiar os custos que o ensino on-line demanda, proporcionará maior participação de estudantes de baixa renda e, principalmente, uma educação de qualidade e inclusão digital independentemente das condições econômicas, proporcionando habilidades com as ferramentas digitais e o desenvolvimento intelectual.

Referências

ALENCAR, F. L. B.; HENRIQUES, M. do S. F. Educação Superior em tempos de pandemia: dilemas e desafios. **Revista Campo do Saber**, v. 6, n. 1, p. 13-27, jan./jun. 2020.

ANDIFES. Reitores fazem relatos sobre as experiências de ensino remoto em seminário da Andifes. 3 ago. 2020. Brasília, DF: **Portal ANDIFES**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=84875>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/128oronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. Sumula do Parecer CNE/ CP n. 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de compute de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horaria mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, ed. 83, seção 1, Brasília, DF, p. 63, 4 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus**: monitoramento das instituições de ensino. Portal do Ministério da Educação. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus>. Acesso em: 2 maio 2022.

BRASIL. Ministério da educação/gabinete do ministério. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Brasília, DF: Edição: 239, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
Acesso em: 8 fev. 2021.

BITTAR, E. C. B. Coronavírus: uma pandemia para rever as patologias sociais do cotidiano, **GenJurídico**, 2020. Disponível em: http://genjuridico.com.br/2020/04/13/coronaviruspandemia-patologias-sociais/#_ftn1. Acesso em: 25 out. 2023.

CARMO, Renata De Oliveira Souza e FRANCO, Aléxia Pádua. Da Docência Presencial à Docência On-line: Aprendizagens de Professores Universitários na Educação a Distância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2019, v. 35, p. e210399. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698210399>. Acesso em: 16 jul. 2021.

CASTIONI *et al.* Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 399-419, abr./jun. 2021.

GRUBER, A. *Jornal da USP*. **Covid-19**: o que se sabe sobre a origem da doença, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

GUSSO, Hélder Lima *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwts4YTxtfr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2021.

MACHADO, Patrícia Lopes Pimenta. Educação em tempos de pandemia: O ensinar através de tecnologias e mídias digitais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 5, ed. 6, v. 8, p. 58-68. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tempos-de-pandemia>. Acesso em: 2 jul. 2021.

PEREIRA, Lilian Tedy; SOUZA Almeida de, Mário. A Definição do Perfil de Vulnerabilidade Para Acesso à Política de Permanência no Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 8, n. 1, p. 132-154, jan. 2015.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-contr-o-aumento-das>. Acesso em: 4 jun. 2020.